

# 1. Introdução: passos percorridos

Eu quase nada não sei. Mas desconfio de muita  
coisa  
(Guimarães Rosa, 1980)

Esta dissertação de mestrado se insere na linha de pesquisa Trabalho, Gênero e Políticas Sociais do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO. O trabalho analisa como as mulheres chefes de família articulam as dimensões do cuidado e da provisão em suas famílias. A referência empírica consiste nas chefes de família monoparentais atendidas pelo Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Vila São José no município de São João de Meriti.

A chefia feminina é uma situação vivenciada em sua maior parte por mulheres pertencentes aos centros urbanos. Estes arranjos trazem implicitamente uma hierarquia de poder e uma forte carga das ideologias de gênero. O próprio conceito de chefia é um exemplo disso. A mulher se designa chefe de família quase sempre na ausência de um parceiro masculino que resida no mesmo domicílio. Já o homem se designa como chefe na presença de uma esposa e filhos (PARRY SCOTT, 2002a).

Apesar do destaque que este tema vem obtendo nos indicadores sociais e nas manchetes de jornais, a família sob chefia feminina, apesar de uma realidade contemporânea, conforme apontam as pesquisas recentes (SORJ et al.) não pode ser considerado um fenômeno exclusivo do nosso tempo histórico. Nesse ponto, poderíamos indagar qual é a novidade presente neste fenômeno na contemporaneidade?

Santos Macedo (2008), em um instigante ensaio sobre a trajetória dos estudos sobre mulheres chefes de família, vai apontar que é justamente a expansão da chefia familiar feminina nas classes médias brasileiras um dos fatores para maior visibilidade desta problemática. Do ponto de vista ideológico, esta mudança colide com um modelo hegemônico que atribui “papéis” e responsabilidades baseadas em hierarquias de sexo, conferindo aos homens maiores poderes na família.

Os estudos, de natureza histórica, revelam que o fenômeno da chefia feminina não constitui uma questão totalmente nova no Brasil, sendo um arranjo comum no século XIX, especialmente entre as famílias menos abastadas (DIAS, 1984; FONSECA, 1997; SAMARA, 2002a). A existência desse arranjo familiar tem sido invisibilizada por uma imagem homogênea das formas de organização da família brasileira (CORRÊA, 1994). Este “desenho uniforme” foi durante muito tempo sustentado pela universalização do modelo de família conjugal nuclear. Dar visibilidade a este tema implica em uma revisão de referências analíticas fundadas sob o eurocentrismo. Este oculta singularidades da formação social brasileira e omite as experiências das mulheres, em especial as mulheres negras, contribuindo para submeter a produção do conhecimento a um regime universal de verdade como destaca Shohat (2004).

Presente há muito tempo no cotidiano das camadas pobres urbanas, a problemática das mulheres chefes de família, assume contornos relevantes, especialmente no momento em que a Política Nacional de Assistência Social/2004 (PNAS) tem atribuído um lugar central à família que passa a ser considerada “como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros” (BRASIL, 2004, p.34). Considerando as ideologias de gênero, é a mulher-mãe / dona-de-casa quem realiza predominantemente esta proteção. Nesta condição, a mulher torna-se a responsável pela provisão e reprodução do grupo doméstico familiar.

*Quais são as estratégias mobilizadas por mulheres chefes de família monoparentais na sobrevivência cotidiana?* Esta questão consistiu em um “fio condutor” através do qual analisamos como as mulheres articulam duas dimensões presentes no cotidiano de suas famílias: o cuidado e a provisão. A partir desta questão, desdobram-se os objetivos específicos deste estudo:

- Identificar os processos que levaram as mulheres a assumir a chefia de suas famílias;
- Apreender os significados da chefia familiar feminina para as mulheres;
- Identificar nas famílias onde a mulher desempenha o papel de cuidadora e de provedora quais são as redes e apoios utilizados na sobrevivência cotidiana.

O interesse em pesquisar esse tema vem sendo construído desde a minha inserção em 2005, como bolsista de iniciação científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (durante o período de setembro de 2005 a julho de 2007) no projeto de pesquisa *Expressões do reordenamento da política de assistência social no Rio de Janeiro: gestão social em foco*<sup>1</sup> sob a orientação da Dra. Myrtes de Aguiar Macêdo no Departamento de Serviço Social desta universidade.

A preocupação com a família como objeto de análise foi surgindo durante o trabalho de campo onde acompanhamos a operacionalização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS<sup>2</sup> no município de São João de Meriti. Além desta experiência inicial em pesquisa, os estudos na graduação em Serviço Social e a atuação como estagiária no Centro Integrado de Atendimento à Mulher da Superintendência de Direitos da Mulher do estado do Rio de Janeiro confirmaram o interesse acadêmico-científico em aprofundar esta discussão.

Na reconfiguração da assistência social como política pública, destacamos a centralidade da família retomada nos programas sociais a partir dos anos 1990. Isto se circunscreve no processo de reordenamento da Política de Assistência Social tendo como marco histórico, a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993 e a Política Nacional de Assistência Social/2004 (PNAS) que conformam a atual proposta do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

É importante ressaltar a importância desta temática para o Serviço Social por sua relação com a *questão social* nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como as que os indivíduos experimentam na família. Para o Serviço Social torna-se imperioso apreender e decifrar as mediações pelas quais se

---

<sup>1</sup> O referido projeto teve início em agosto de 2004 e término em julho de 2007. Seu objetivo geral consistiu em ampliar a compreensão do reordenamento da Política de Assistência Social na perspectiva de descentralização desenhada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). O universo pesquisado compreendeu dois municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro: Belford Roxo e São João de Meriti.

<sup>2</sup> Segundo a Política Nacional de Assistência Social /2004, o Sistema Único de Assistência Social - SUAS compreende um sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico na Assistência Social no campo da proteção social brasileira. Objetiva promover serviços, programas e projetos de proteção social básica, especial com média e alta complexidade a quem necessitar, favorecendo a inclusão e a equidade dos usuários, ampliando o acesso aos serviços e bens sócio-assistenciais em todo território nacional, centralizando as suas ações na família, garantindo a convivência familiar e comunitária.

expressa a questão social na atualidade. Para Marilda Iamamoto (2006), apreender a questão social é

[...] também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de reinvenção da vida construídas no cotidiano, pois é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam para um futuro que está sendo germinado (IAMAMOTO, 2006, p.28)

Justificamos a relevância deste estudo face ao fato de que o Serviço Social só recentemente vem privilegiando o recorte de gênero em suas pesquisas. Iamamoto (2008), ao apontar o atual quadro temático dos rumos da pesquisa no Serviço Social com base nos resultados da Avaliação Trienal dos Programas de Pós-graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e Ministério da Educação - CAPES/MEC (2001-2003) afirma que o tema *Família, relações de gênero e gerações: sociabilidade, violência e cidadania* está presente em seis linhas de pesquisas e setenta e cinco projetos na área de Serviço Social. Segundo o levantamento, esta temática consiste na quarta prioridade, em ordem de representatividade.

A quarta prioridade volta-se a temática relativa à família, sociabilidade e cotidiano [...] na análise dos sujeitos em seus recortes de gênero, etnia e geração. É fundamental a retomada dos estudos sobre a família trabalhadora e as transformações que nela vêm sendo operadas como parte das relações sociais abrangentes: adensar de historicidade a análise social das famílias como contra ponto às análises de campo da clínica, de teor psicologizante, como a única alternativa para os estudos das relações familiares (IAMAMOTO, 2008, p.461).

Longe de esgotar a discussão sobre o tema e restrito aos dados obtidos em uma cidade, este estudo pretende oferecer uma contribuição no sentido de captar as estratégias mobilizadas por mulheres chefes de família na sobrevivência cotidiana em um município da Região Metropolitana no estado do Rio de Janeiro. As reflexões levantadas neste trabalho foram apreendidas através de sucessivas aproximações, todavia indispensáveis para ‘enxergar’ as dimensões do real por detrás dos fatos e episódios do cotidiano dessas famílias. Nosso intuito consiste em apreender através dos relatos, por vezes desconexos, os elementos e as relações articuladas com a totalidade. Este estudo de caso tem o método dialético

como lente orientadora de todo o processo de investigação permitindo compreender a processualidade da realidade social.

Neste caminho investigativo, nosso olhar está voltado para as contradições e singularidades das famílias chefiadas por mulheres em São João de Meriti enquanto uma dimensão particular mas, articulada ao contexto maior da realidade brasileira. A escolha deste campo empírico foi condicionada pelo estabelecimento de uma relação favorável com a Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social durante o trabalho de campo desenvolvido enquanto bolsista de iniciação científica. A proposta é de uma pesquisa exploratória através de uma abordagem qualitativa.

O primeiro passo no processo de investigação consistiu em um trabalho de construção de um quadro referencial de análise com vistas ao aprofundamento das principais categorias: família, gênero e trabalho.

A diretriz analítica que orienta esta dissertação encontra na obra de E. P. Thompson<sup>3</sup> (1981), os elementos que destacam a família como espaço da *experiência* humana. Os sujeitos ao experimentarem na família relações determinadas, agem e tratam estas mesmas situações segundo sua cultura, sendo esta última categoria o lugar primeiro da experiência.

Considerando a presença de diversas determinações, a questão que se apresenta consiste em conhecer como os sujeitos se relacionam com estas circunstâncias na família.

A família também fornece a base para a realidade ao nível dos sujeitos sustentando diversas ações e representações. Henri Lefebvre apud Martins (1996) traz interessantes contribuições para a noção de representação. Nesse ponto, foi muito útil a coletânea organizada por José de Souza Martins (1996) intitulada *Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética*. Este material re-constroi a concepção de dialética de Lefebvre sendo uma referência importante para esta dissertação. A

---

<sup>3</sup> E. P. Thompson no livro *A miséria da teoria ou um planetário de erros* (1981) realiza uma crítica ao idealismo da teoria presente no estruturalismo marxista de Althusser. Thompson defende a necessidade da adoção de modelos que permitam trabalhar com a autonomia da consciência em frente às determinações do ser social. Para o autor, as categorias experiência e cultura constituem um ponto de junção. Thompson não se afasta do materialismo histórico, pois defende que a experiência é gerada na vida material, sob a pressão determinante do modo de produção sobre a consciência dos indivíduos.

coletânea possibilitou compreender um dos pontos principais da discussão desse autor que resgata as representações como mediações.

Ao falarmos de família, muitas vezes evocamos componentes emocionais e concepções particulares sobre o assunto. Torna-se imperioso no caminhar da pesquisa afastar-se de pretensas universalizações sobre ‘o que é família’ e apreender aquilo que as mulheres pensam sobre suas famílias, ou seja, os significados que a família assume nas experiências dos sujeitos.

Na tentativa de dissolver a naturalidade presente no que entendemos por família, a perspectiva de gênero presente nas reflexões teóricas sobre as relações entre os sexos, especialmente o debate travado nos anos 1970 e aprofundado na década seguinte, possibilitaram re-visitatar diversas questões, como lembra Bruschini.

Foi a reflexão teórica sobre as mulheres e as relações entre os sexos e, principalmente, o amadurecimento dos marcos teóricos de gênero, que viabilizaram o levantamento de questões pertinentes, assim como a elaboração de hipóteses e a definição de conceitos, orientando a busca de estatísticas. A invisibilidade da atividade econômica realizada pelas mulheres, o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, a violência doméstica, o assédio sexual são apenas alguns dos temas levantados pelo feminismo e pelos estudos de gênero, provocando a procura de dados. (BRUSCHINI, 1998, p.5).

Um exemplo claro desse processo são as mudanças realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, especificamente a partir do censo de 1980 quando o recenseador recebe a instrução de atribuir ao informante a tarefa de designar a pessoa que acredita deter a chefia familiar. Até o censo de 1970, a chefia do domicílio era sempre atribuída ao homem, mesmo nos casos em que este não configurava como o provedor. As mulheres eram classificadas como chefes da família, somente nos casos de viuvez, separação ou na ausência de um provedor do sexo masculino (BRUSCHINI, 1998).

A crítica realizada pelos estudos de gênero permitiu uma releitura das explicações acerca das mudanças e permanências na família. Não é possível separar a análise das relações de gênero e de família. Ambos estão interligados e suscetíveis às mudanças sociais (PINNELLI, 2004). É desse modo, que o potencial heurístico da categoria gênero permite uma constante des-construção do que se entende por família, considerando diferentes estilos de vida e derrubando a falácia do “fim da família”.

Torna-se claro a diversidade de arranjos familiares em um contexto de grandes transformações societárias: compressão tempo-espço, crise econômica, redefinição do papel do Estado, precarização das relações trabalhistas, destruição de direitos sociais, etc. Para Goldani (1994), em uma relação de intensa confluência ao mudar a sociedade, alteram-se significativamente as estruturas familiares.

Assim, ao pensarmos sobre as mudanças econômicas e sociais e seus rebatimentos na família, o trabalho se mostra como uma categoria indispensável e constitutiva do ser social. Embora no modo de produção capitalista, a força de trabalho de homens e mulheres se apresente subordinada aos ditames do capital, ou seja, de forma estranha e coisificada, o trabalho permanece como práxis fundante da sociabilidade humana. Para os propósitos deste estudo, as famílias pesquisadas constituem um segmento no interior da classe-que-vive-do-trabalho como argumenta Ricardo Antunes na 14 edição (2010) do livro *Adeus ao Trabalho*. Ora, se a precarização do trabalho acarreta processos de pauperização é na família que estes determinantes assumem materialidade. Nesse sentido, é necessário reconhecer o trabalho em suas diferentes formas imprimindo heterogeneidade à classe trabalhadora e seus núcleos familiares.

Como consequência das *metamorfozes no mundo do trabalho* (ANTUNES, 2010), especialmente a partir do último quartel do século XX, identificam-se na família profundas transformações, tal como a queda dos rendimentos masculinos e o ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho. Assim, as complexas articulações presentes no modo de produção capitalista também incorporam a contradição que advém da relação entre classe e gênero e seus rebatimentos na família.

Com relação ao trabalho doméstico não remunerado também permanece uma divisão desigual. No caso das famílias monoparentais femininas, objeto de análise desta dissertação, a tarefa de cuidar sozinha dos filhos não é algo fácil para as mulheres, uma vez que recaem sobre elas, neste caso, não somente a responsabilidade pelo sustento da família, mas grande parte dos afazeres domésticos e todo o processo de educação e cuidado dos filhos. Para estas mulheres trabalhadoras, se coloca um enorme desafio tanto na produção como na reprodução.

A partir destas considerações, o debate contemporâneo sobre chefia feminina na família deve atentar para este fenômeno como uma situação emblemática da articulação gênero, família e trabalho. Assim, toda e qualquer reflexão a ser feita, deve considerar que estes arranjos fazem parte da complexa reconfiguração pela qual passam as famílias no mundo. (GONZÁLEZ DE LA ROCHA, 1999).

Nesta dissertação não nos preocupamos em dividir os capítulos em *estritamente* teóricos e capítulos destinados *exclusivamente* à análise dos dados. Optamos por estabelecer um diálogo entre o empírico e o teórico, uma vez que a experiência é parte constituinte do conhecimento. Não queremos defender uma subordinação da teoria à experiência, mas afirmar que a construção do quadro referencial de análise deve ser baseado nas experiências dos sujeitos, nos acontecimentos e nos fatos *refinados* pelos procedimentos teóricos.

[...] não é verdade que a teoria pertença apenas a esfera da teoria. Toda noção, ou conceito, surge de engajamentos empíricos e por mais abstratos que sejam os procedimentos de sua auto-interrogação, esta deve ser remetida a um compromisso com as propriedades determinadas da evidência, e defender seus argumentos ante os juizes vigilantes no 'tribunal de recursos' da história. Trata-se, num sentido bastante crítico, novamente de uma questão de diálogo. (THOMPSON, 1981, p. 53 e 54).

Nesta dissertação, a exposição do processo de pesquisa está distribuída em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta as escolhas metodológicas e recupera o processo de trabalho de campo. O capítulo também apresenta a caracterização da cidade de São João de Meriti e o perfil comentado das mulheres entrevistadas.

O segundo capítulo discute especificamente a categoria família. Nossa preocupação fundamental consistiu em estabelecer uma argumentação analítica e histórica a partir dos dados encontrados, de modo a montar um quadro de referência teórica articulado com a pesquisa empírica.

A articulação entre as categorias família e gênero é o aspecto central do terceiro capítulo. Neste capítulo a ênfase recai sobre o potencial da categoria de gênero para a compreensão da complexidade das relações familiares. Além disso, o capítulo apresenta um balanço dos estudos sobre o tema da chefia feminina na família com destaque para a análise das tramas presentes nas redes sociais das chefes.

No quarto capítulo através dos processos que desencadearam a situação de chefia familiar na vida das mulheres analisamos os significados que as mulheres atribuem às suas experiências de chefia familiar. O capítulo finaliza com a discussão sobre o significado da dupla responsabilidade de cuidar e prover presente no cotidiano das mulheres entrevistadas.